

**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**

Secretaria de Inspeção do Trabalho
Grupo de Fiscalização do Trabalho Rural em Santa Catarina
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

INDÚSTRIA ERVATEIRA [REDACTED]



PERÍODO: de 05 a 18 de julho de 2011

LOCAL: Monte Castelo

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: S 26° 42' 995" W 050° 16' 927"

ATIVIDADE PRINCIPAL: Indústria da erva mate

ATIVIDADE FISCALIZADA: Extração da erva mate

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ÍNDICE

EQUIPE.....	4
A. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR.....	5
B. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO.....	5
C. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS:.....	5
D. DA DENÚNCIA.....	8
E. LOCALIZAÇÃO DA FRENTE DE TRABALHO:.....	9
F. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADE ECONÔMICA.....	9
G. RESUMO DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS.....	9
H. DA INTERMEDIÇÃO ILEGAL DE MÃO DE OBRA.....	15
I) DAS IRREGULARIDADES DA ÁREA TRABALHISTA.....	16
I.1. Das condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho.....	16
I.2. Da falta de registro dos empregados.....	17
I.3. Do não pagamento dos salários até o quinto dia útil do mês subsequente.....	17
I.4. Deixar de efetuar o pagamento do adiantamento do 13º salário no prazo legal.....	18
I.5. Do pagamento do 13º salário segunda parcela fora do prazo legal.....	19
I.6. Do não recolhimento da contribuição sindical dos empregados.....	19
I.7. Da falta de depósitos do FGTS.....	19
I.8. Do não pagamento do piso salarial.....	20
I.9. De admitir empregado que não possua CTPS.....	20
J) DAS IRREGULARIDADES LIGADAS À SAÚDE E À SEGURANÇA DO TRABALHADOR.....	20
J.1. Da não realização de avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores ou da não adoção de medidas de prevenção e proteção, com base nos resultados das avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, ou da não garantia que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde.....	20
J.2. Da não realização de exames médicos admissionais.....	22
J.3. Da falta de material de primeiros socorros.....	22
J.4. Da falta banheiros nas frentes de trabalho.....	22
J.5. Da não entrega gratuita de ferramentas de serviço.....	22
J.6. Do transporte coletivo em veículo não autorizado.....	22
J.7. Da falta de equipamentos de proteção individual (EPI).....	24
J.8. Da falta lavanderia nos alojamentos.....	24
J.9. Da falta de conservação, asseio e higiene nas frentes de trabalho.....	26
J.10. Da falta de camas.....	27
J.11. Da falta de armários.....	30
J.12. Do falta de separação por sexo nos alojamentos.....	30
J.13. Da utilização de fogões no interior dos alojamentos.....	30
J.14. Da não fornecimento de roupas de cama adequadas às condições climáticas locais.	32
J.15. Da ligação direta do local de preparo de alimentos com os alojamentos.....	32
J.16. Do não fornecimento de água em condições higiênicas e de copos individuais.....	32

**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**

K) DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA EQUIPE FISCAL.....	33
L) CONCLUSÃO	35
M) DVD COM FILMAGENS E FOTOGRAFIAS.....	37

ANEXOS

1. Termo de Depoimento de [REDACTED]	A038
2. Lançamento notas de entrada de [REDACTED]	A040
[REDACTED] ME de setembro/2010 a maio/2011	
3. Lançamento notas de saída de [REDACTED] de [REDACTED]	A051
[REDACTED] ME de setembro/2010 a maio/2011	
4. Notas 26 e 27 - última emitida e 1º branco, p [REDACTED]	A069
5. Certificado Ford Cargo - LYN 1392, em nome [REDACTED]	A071
6. Certificado F 4000 - MBZ 8651 nome [REDACTED]	A072
7. Informação [REDACTED] incluída "Lista Suja" 2008 a 2010	A073
8. Determinação das Providências de Resgate	A074
9. Relação empregados	A075
10. Email trocado com advogado da [REDACTED]	A076
11. Relação de Carteiras de Trabalho Emitidas	A079
12. Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho	A080
13. Extratos de recolhimentos do FGTS sob ação fiscal	A100
14. Requerimentos de Seguro-Desemprego	A104
15. Determinação de correções de FGTS e diferenças salariais	A116
16. Autos de Infração Lavrados	A117
17. Cópia do TAC/MPT 2007	A185
18. DVD gravação fotos e filmagenste	A190

**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**

EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO



Auditor Fiscal do Trabalho CIF

Auditor Fiscal do Trabalho CIF

Auditor Fiscal do Trabalho CIF

Auditor-Fiscal do Trabalho CIF

Motorista

* obs: o AFT [redacted] auxiliou somente na conferência dos pagamentos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

POLÍCIA FEDERAL



Agente da Polícia Federal

Agente da Polícia Federal



**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**

A. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

- 1) **Período da ação:** 05 a 18 de julho de 2011.
- 2) **Empregador:** INDÚSTRIA ERVATEIRA [REDACTED] LTDA
- 3) **CNPJ:** 78.213.402/0001-61
- 4) **CNAE:** 1069-4/00
- 5) **LOCALIZAÇÃO:** Rodovia BR 282, Km 425, Vargem Bonita, Santa Catarina
- 6) **SÓCIO GERENTE DA EMPRESA:**
 - a) **SÓCIO:** [REDACTED]
CPF: [REDACTED]
END: [REDACTED]
- 7) **POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO ALOJAMENTO E LOCALIZAÇÃO:**
S 26° 42' 749" W 050° 17' 297". Localizado na localidade Família [REDACTED], às margens da BR 116, Km 99, distante cerca de 1,8 Km do Restaurante Caxias e Posto Ranini (sentido Mafra a Santa Cecília, 1º entrada à esquerda após o Posto).
- 8) **ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** [REDACTED]
[REDACTED] CEP [REDACTED]
- 9) **TELEFONES:** [REDACTED]

B. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

- 1) **EMPREGADOS ALCANÇADOS:** 19
- 2) **REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL:** 0
- 3) **RESGATADOS:** 10
- 4) **VALOR BRUTO DA RESCISÃO:** R\$ 11.443,08
- 5) **VALOR LÍQUIDO RECEBIDO:** R\$ 9.722,44
- 6) **NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS:** 25
- 7) **TERMOS DE APREENSÃO E GUARDA:** 0
- 8) **NÚMERO DE MULHERES:** 02
- 9) **MENORES ENTRE 16 E 18 ANOS:** 0
MENORES DE 16 ANOS: 0
- 10) **NÚMERO DE CTPS EMITIDAS:** 01
- 11) **NÚMERO DE CAT EMITIDAS:** 0
- 12) **GUIAS SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS:** 10

C. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS:

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
1 ✓	02072373-3	001396-0	Manter empregado trabalhando sob condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho.	art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho.
2 ✓	02072374-1	000010-8	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

3 ✓	02072375-0	131002-0	Deixar de realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores ou deixar de adotar medidas de prevenção e proteção, com base nos resultados das avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, ou deixar de garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.3.3, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
4 ✓	02072301-6	131023-2	Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assuma suas atividades.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
5 ✓	02072302-4	131037-2	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.6 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
6 ✓	02072303-2	131363-0	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios, em proporção inferior a um conjunto para cada grupo de 40 trabalhadores ou fração ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias em desacordo com o disposto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.3.4 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
7 ✓	02072304-0	131202-2	Deixar de disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador ou deixar de substituir as ferramentas disponibilizadas ao trabalhador, quando necessário.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.11.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
8 ✓	02072305-9	131277-4	Transportar trabalhadores em veículo de transporte coletivo de passageiros que não possua autorização emitida pela autoridade de trânsito competente.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.16.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**

9 ✓	02072306-7	131464-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
10 ✓	02072307-5	131469-6	Deixar de disponibilizar lavanderia aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "e", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
11 ✓	02072308-3	131346-0	Manter áreas de vivência que não possuam condições adequadas de conservação, asseio e higiene.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.2, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
12 ✓	02072309-1	131373-8	Deixar de disponibilizar camas no alojamento ou disponibilizar camas em desacordo com o disposto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
13 ✓	02072310-5	131374-6	Deixar de dotar o alojamento de armários individuais para guarda de objetos pessoais.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
14 ✓	02072311-3	131377-0	Deixar de disponibilizar alojamentos separados por sexo.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "e", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
15 ✓	02072312-1	131378-9	Permitir a utilização de fogões, fogareiros ou similares no interior dos alojamentos.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.2 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
16 ✓	02072313-0	131472-6	Deixar de fornecer roupas de cama adequadas às condições climáticas locais.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.3 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

17 ✓	02072314-8	131383-5	Manter local para preparo de refeições com ligação direta com os alojamentos.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.6.2 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
18 ✓	02072315-6	131388-6	Fornecer água potável em condições que não sejam higiênicas ou permitir a utilização de copos coletivos para o consumo de água potável.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.10 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
19 ✓	02072316-4	001398-6	Deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado.	art. 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
20 ✓	02072317-2	001408-7	Deixar de efetuar o pagamento, a título de adiantamento do 13º (décimo terceiro) salário, entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, da metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior.	art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 2º, caput, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965.
21 ✓	02072318-0	001407-9	Deixar de efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, no valor legal.	art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 1º, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965.
22 ✓	02072319-9	001162-2	Deixar de recolher, no mês de abril de cada ano, a contribuição sindical devida pelo empregado.	art. 583, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
23 ✓	02072334-2	000001-9	Admitir empregado que não possua CTPS.	art. 13, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
24 ✓	02072320-2	0009784	Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS	art. 23 parágrafo 1º inciso I da Lei 8036/90
25 ✓	02072321-0 02072321-0	0013986	Deixar de efetuar, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal ao empregado	art. 459 parágrafo 1º da Consolidação das Leis do Trabalho.

D. DA DENÚNCIA

A presente ação foi resultado de solicitação de fiscalização feita pelo Ministério Público do Trabalho, em Joinville, para rastreamento e identificação de focos de extração da erva mate vinculados a ervateiras locais. No caso, o rastreamento

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

objetivava outro empregador, mas a equipe fiscal se deparou ocasionalmente com esta frente de trabalho.

E. LOCALIZAÇÃO DA FRENTE DE TRABALHO:

Na BR 116, sentido Mafra a Monte Castelo, na altura do Km 99, assim que passar o Posto [REDACTED] e Restaurante Caxias, pegar a primeira entrada à esquerda, passar o loteamento Família [REDACTED], e seguir pela estrada que continua ao fim e à direita do loteamento, mais uns 600 metros até a propriedade de [REDACTED] donos do Posto [REDACTED]

F. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADE ECONÔMICA

A empregadora é indústria da erva mate, que faz o processamento e empacotamento da erva. A atividade especificamente desenvolvida e objeto desta ação é a da extração da erva mate, nativa, em floresta alheia.

G. RESUMO DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS

Na tarde de 05 de julho de 2011, e seguindo caminhões de transporte de erva mate, em atividade de rastreamento, junto com a Polícia Federal, a equipe de fiscalização do trabalho rural encontrou uma equipe de trabalhadores que fazia a extração da erva mate na propriedade de [REDACTED]

(apesar de irmãos os sobrenomes são grifados com uma pequena diferença).

No local, foram entrevistados 07 trabalhadores: [REDACTED] que declarou trabalhar desde 03 de julho de 2011 e na atividade de tarefeiro, recebendo R\$ 0,12 por quilo extraído, e sua esposa, [REDACTED], sr. [REDACTED] que declararam terem sido admitidos em 28 de junho de 2011, sr. [REDACTED] sr. [REDACTED] e sr. [REDACTED] este último conduzindo o trator.

Os empregados declararam que eram tarefeiros, que recebiam cerca de R\$ 0,12 o quilo da erva tirada, **que não recebiam quando não trabalhavam, mesmo que por motivo alheio à vontade, como chuva ou doença**, que não receberam equipamento de proteção individual, ou copo individual para tomar água, que as ferramentas, foices e facões encontrados na frente de trabalho eram próprios, que voltavam nos finais de semana para casa, em Timbó Grande, em uma F4000 adaptada, que não havia banheiro na frente de trabalho, que usavam o mato, que não havia água potável para consumo, e bebiam água de uma "sanga" onde também o gado bebia, que estavam alojados em casa próxima uns 600 metros, alugada pelo sr. [REDACTED], que trabalhavam para o sr. [REDACTED] mas sabiam que toda a erva era vendida para a [REDACTED] que o sr. [REDACTED] era uma espécie de responsável, e poderia dar maiores informações.

Na continuidade, a equipe pediu que o sr. [REDACTED] acompanhasse a equipe fiscal até o alojamento, quando, com o compromisso da verdade, passou a tomar seu depoimento (que foi gravado), e quando o mesmo informou: *QUE reside em*

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

Timbó Grande, QUE foi convidado a trabalhar no corte de erva-mate pelo sr. [REDACTED] cujo sobrenome não se recorda, QUE o sr. [REDACTED] pediu a CTPS do empregado após aproximadamente trinta dias de trabalho, e ainda não a devolveu, QUE foi contratado para trabalhar como encarregado no corte da erva-mate; QUE a erva-mate cortada é fornecida exclusivamente para a empresa [REDACTED] de Vargem Bonita; QUE o depoente conhece o proprietário da empresa [REDACTED] sr. [REDACTED] QUE começou a trabalhar há cerca de 04 ou 05 meses, QUE recebe salários somente se fizer a produção, QUE recebe R\$ 0,08 por quilo de tudo o que for produzido pela equipe, QUE a equipe é composta de dez pessoas, QUE há somente adultos na equipe, mas na casa onde residem existem duas crianças que estão com seus pais e não trabalham; QUE o sr. [REDACTED] sabia que ele tinha experiência com erva-mate e estava desempregado, QUE o sr. [REDACTED] é contratado há cerca de 02 anos pela empresa [REDACTED] QUE o sr. [REDACTED] contou ao depoente que a [REDACTED] forneceu a este o caminhão (Ford Cargo) e o trator, que são utilizados para o trabalho na erva-mate, que o caminhão já foi pago e o trator está sendo pago, com o trabalho, QUE a F4.000 está paga mas esta não veio da [REDACTED] QUE conversou diretamente com o sr. [REDACTED] que perguntou ao depoente se os "beliches" já tinham vindo para a casa habitada pelos trabalhadores, QUE sabe destas informações porque tem contato direto com o sr. [REDACTED] e também ouviu informações do sr. [REDACTED], QUE as carteiras de trabalho - CTPS dos empregados foram entregues para o sr. [REDACTED] e até o momento nada foi devolvido; QUE o sr. [REDACTED] também recebe por produção, R\$ 0,60 por quilo da produção da erva-mate; QUE se chover não recebe nada; QUE o aluguel é pago pelo próprio depoente e pelo sr. [REDACTED] que dividem o aluguel, que é R\$ 400,00 por mês; QUE o rancho é feito pelo próprio empregado; QUE se houver prejuízo os empregados assumem o prejuízo; QUE a equipe tem produzido cerca de 20.000 quilos por mês, QUE o sr. [REDACTED] tem poucas condições financeiras, é pobre; QUE o sr. [REDACTED] não corta erva-mate; QUE a produção mensal da equipe gira em torno de R\$ 12.000,00; QUE o dono do terreno, sr. [REDACTED] dono do restaurante ao lado do bairro, no posto, de onde é tirada a erva, recebe R\$ 0,30 de cada quilo retirado da propriedade; QUE há diversas despesas assumidas pelo depoente, como o óleo do trator, os mantimentos, a cozinha, metade do aluguel; QUE paga cerca de R\$ 400,00 por mês de óleo diesel para o trator, R\$ 300,00 para a cozinha e R\$ 1.000,00 em alimentação para a equipe; QUE destes cerca de R\$ 12.000,00 recebidos, após os pagamentos, restam cerca de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 por mês para o

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

depoente, e que o sr. [REDACTED] ganha pouco mais que isto; QUE os exames veterinários do cavalo são pagos pelo depoente, e que custam cerca de R\$ 70,00 a cada 2 meses; QUE os trabalhadores da equipe não receberam equipamentos de proteção individual e que apenas o depoente recebeu uma botina; QUE na frente de serviço existe apenas uma garrafa térmica que é do empregado [REDACTED] que os demais trabalhadores utilizam garrafas PET para armazenar a água que bebem durante o expediente de trabalho, e que esta água é retirada de um riacho; QUE no local da extração da erva-mate há cerca 30 cabeças de gado, de propriedade do dono da terra, e que as res se utilizam também deste riacho para beber água; QUE são os trabalhadores que fazem o carregamento dos raídos; QUE cada raído (fardo de erva-mate) pesa cerca de 80 a 100 quilos; QUE os raídos são transportados com o auxílio de um trator; QUE mesmo com o trator, o carregamento, na frente de serviço, para o trator, é feito pelos empregados, quer puxando, quer rolando os fardos; QUE o trator leva os raídos até a margem da estrada, e ficam ali armazenados para posteriormente estes mesmos trabalhadores efetuarem o carregamento dos raídos do chão para o caminhão, e que não há medidas como rampas para facilitar o processo; QUE após isto o caminhão leva a erva-mate para a Ervateira [REDACTED]; QUE o motorista do caminhão é o sr. [REDACTED] QUE o motorista do trator é o [REDACTED] QUE o sr. [REDACTED] fica em Timbó Grande, e que também foi contratado pelo [REDACTED]; QUE o o depoente e os empregados trabalham no corte da erva e ficam em alojamento, de segunda à sexta-feira, em média das 07:00 ao meio dia e das 13:00 às 17:30; QUE são transportados de F4000 de suas residências no município de Timbó Grande até o local do alojamento em Monte Castelo; QUE este veículo teve a carroceria adaptada para transportar os trabalhadores e que o depoente desconhece se houve vistoria da adaptação do veículo; QUE o transporte é feito do município de Timbó Grande até Monte Castelo; QUE a distância percorrida é de aproximadamente 55 quilômetros em estrada de asfalto; QUE recebe salário há cada quinze dias de acordo com a produção; QUE não assinou recibo de salário dos pagamentos recebidos; QUE desde o início das atividades não foi submetido a exame médico admissional e que não sabe se os demais trabalhadores da equipe foram submetidos a exame médico admissional; QUE não há instalações sanitárias na frente de trabalho; QUE já houve acidente de trabalho, em Timbó Grande e na equipe do sr. [REDACTED], com um membro da equipe, que se cortou com facão; QUE não há material de primeiros socorros; QUE ninguém é treinado para caso de acidentes; QUE a

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

residência onde estão alojados os trabalhadores e o depoente é composta de 03 quartos, que em um dos quartos fica o sr. [REDACTED] o [REDACTED] o [REDACTED] e o depoente, que no segundo quarto fica o casal [REDACTED] com uma criança de 02 anos, e que no terceiro quarto fica outro casal, [REDACTED], com um filho de 03 anos; QUE os empregados dormem em colchões fornecidos pelo [REDACTED], que ainda há um empregado, [REDACTED], que dorme na cozinha e outro, [REDACTED] num depósito de madeira nos fundos da residência, QUE é muito frio na região nesta época, que é frio dormir no chão, QUE há espumas, e colchões, e que os colchões são finos; QUE já foi duas vezes na Ervateira [REDACTED] buscar seu pagamento, e que numa destas vezes é que o sr. [REDACTED] perguntou dos beliches, QUE sabe que o sr. [REDACTED] vai muitas vezes na Ervateira [REDACTED] QUE nos primeiros dias de trabalho foi melhor porque o carro levava e buscava de casa todos os dias; QUE sabe de outra equipe, do [REDACTED] em Canoinhas, que tira erva-mate também para o [REDACTED] QUE sabe que o sr. [REDACTED] tem uma máquina para carregar; QUE o sr. [REDACTED] mora na Vargem Bonita e sua equipe é de Canoinhas.

Na continuidade a equipe fiscal passou a analisar as condições do alojamento, distante cerca de 600 metros da frente de trabalho fiscalizada, quando identificou que se tratava de uma casa alugada da sra. [REDACTED] localizada na [REDACTED] tudo conforme comprovante de pagamento de energia elétrica. A casa, composta de 06 cômodos: 3 quartos, sala, cozinha e banheiro, não tinha portas entre todos os cômodos, e abrigava 09 pessoas e uma criança de 2 anos, sendo que destes, 2 casais, os quartos tinham comunicação com o local de preparo de refeição, inclusive com fogão e botijão de gás e não havia tanque ou lavanderia. No local, pedaços de espuma e colchões velhos eram distribuídos no chão, um deles na cozinha ao lado do fogão. Os empregados declararam que os colchões e espumas eram dos próprios empregados, assim como as poucas roupas de cama. Observe-se que as temperaturas mínimas da região na semana da fiscalização eram de 3°C.

Nos fundos desta casa havia um barraco de madeira rústico, onde dormia um último empregado, sr. [REDACTED] também no chão, e dividindo seu espaço com restos de comida, linguiça pendurada no teto, com o teto com frestas, e num lugar muito sujo. Ao lado do barraco uma lona preta abrigava um fogareiro improvisado para que os empregados pudessem se esquentar.

Na manhã do dia seguinte, a equipe fiscal retornou ao local, quando encontrou o sr. [REDACTED], que declarou possuir uma empresa, a [REDACTED]

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

██████████ CNPJ 12.273.780/0001-22, que se tratava de uma empresa comercial de compra e venda de erva mate.

Declarou que recebia R\$ 0,60 da ██████████ por quilo de erva, que pagava R\$ 0,35 por quilo retirado ao proprietário da terra, o dono do Posto ██████████ e que pagava cerca de R\$ 0,12 centavos por quilo aos empregados. Do resto que lhe sobrava, cerca de R\$ 0,13, tinha que cobrir os gastos com o caminhão de transporte, o trator, a comida dos empregados, o transporte dos empregados, tributos, FGTS, INSS, e que pouco lhe sobrava. Reconheceu que com este valor não conseguia cumprir suas obrigações.

Quando a equipe fiscal pediu a documentação da F4000 que transportava os empregados, descobriu que o documento se encontra no nome do sr. ██████████ e que o veículo, adaptado para colocar os trabalhadores na caçamba, não tinha autorização para transportar passageiros em rodovia federal.

Também o caminhão de transporte de ervas, placa ██████████ que supostamente deveria ser da empresa do sr. ██████████ estava no nome da Indústria Ervateira ██████████ Ltda.

Após isto a equipe foi até Timbó Grande, SC, para visitar a contabilidde Exata, telefone ██████████, quando foi atendida pelo sr. ██████████ que passou a mostrar a documentação de alguns empregados registrados, e quando a equipe fiscal identificou várias irregularidades, desde a não existência de ASOs - Atestados Médicos Admissionais, salários pagos em atraso, falta de registro de 09, dos 10 empregados encontrados, não recolhimento de contribuição sindical e FGTS, entre outros.

O sr. ██████████ já comparecendo, mostrou alguns contratos confusos de compras e trocas de veículos mas nenhum deles sequer registrado em cartório e certamente sem a efetivação das supostas novas propriedades dos veículos.

Na pasta de documentos auditada no contador, a equipe fiscal encontrou uma troca de emails feita com a Coordenadora da Fiscalização do Trabalho Rural, sra. ██████████, e em janeiro de 2010, onde a Indústria ██████████ perguntava sobre qual o CNAE correto para a empresa comercial de compra e venda de extração, quando foi respondido que, caso esta empresa realmente fosse uma empresa comercial, e não uma fachada para a contratação de mão-de-obra por empresa interposta, ela poderia existir, mas fica claro que a Indústria Ervateira ██████████ Ltda se informou para saber como criar uma empresa comercial, e que a empresa do sr. ██████████ somente foi constituída por orientação da ██████████. A cópia deste documento está anexada no auto de infração 020723741.

Neste ponto, convém observar que a Indústria Ervateira ██████████ Ltda foi identificada com trabalho escravo em 2007, e que, à época, realizou Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público do Trabalho para dar fim à terceirização na extração da erva mate, e assumir para si a responsabilidade

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

destes empregados, já que, de fato, a indústria compra a erva mate, "no pé", através de seus atravessadores, mas é ela de fato que tem a gerência, a administração deste processo.

Em 2009 a equipe de fiscalização do trabalho esteve na indústria, quando percebeu que todos os empregados da extração tinham sido demitidos, e que os documentos da indústria deixavam claro que não havia um grupo de trabalhadores registrados, na indústria ou mesmo em outra empresa, compatível com a produção da empresa.

À época a indústria alegou problemas financeiros e se negou a informar os locais de extração ou dar maiores informações.

Na sequência, e após uma palestra realizada para as indústrias da erva mate, em Catanduvas /SC, e em 2009, onde a Coordenadora da Fiscalização do Trabalho Rural, sra [REDACTED] afirmou que, em tese, seria possível existir uma empresa de compra e venda de erva mate, desde que com idoneidade financeira, não exclusividade, e não subordinação à indústria. Mas que, na prática, seria perigoso que esta empresa servisse apenas de fachada, e que as responsabilidades trabalhistas poderiam certamente recair na indústria tomadora dos serviços, digo, compradora, a [REDACTED] passou a buscar outras formas de tentar "regularizar" sua situação que não aquela assumida junto com o MPT em 2007.

A empresa comercial, do sr. [REDACTED] identificada nesta ação fiscal, foi criada após o processo de "inovações" da [REDACTED] ao se recusar assumir o que, por direito e pelo compromisso do TAC, deveriam ser seus empregados.

Todas as notas emitidas pela nova empresa, do sr. [REDACTED], desde a nº 01, em 10 de setembro de 2010, até a 26, em 18 de junho de 2011, tinham como cliente a Indústria Ervateira [REDACTED] Ltda.

O caminhão de transporte da erva, que supostamente deveria pertencer à empresa comercial do sr. [REDACTED] estava em nome da Indústria Ervateira [REDACTED] Ltda.

E, pela auditoria da documentação da empresa de [REDACTED] o mesmo certamente não possuía condições financeiras de manter esta empresa comercial, tanto que as obrigações referentes a tributos e contribuições sindicais e outras estavam todas em atraso, e o mesmo declarou que o que recebia não "estava dando para pagar as contas".

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Na noite do dia 06 de julho de 2011, e em retorno da equipe fiscal ao alojamento, foi entrevistado o sr. [REDACTED] que posteriormente se soube ser o [REDACTED], que os outros empregados informaram que dormia no colchão ao lado do fogão.

A equipe fiscal enviou o Termo de Providências de Resgate à [REDACTED] e recebeu a comunicação do advogado da empresa que ela não assumiria os vínculos de emprego, tudo conforme cópia do email trocado com o procurador da empresa e que segue anexo a este relatório.

No dia apurado para o pagamento das rescisões, em 18 de julho de 2011, e na agência do MTE em Mafra, compareceram todos os empregados, acompanhados do sr. [REDACTED] e de sua procuradora. Os termos de rescisão do contrato de trabalho foram feitos em nome da própria empresa do sr. [REDACTED] que, inesperadamente, conseguiu dinheiro para quitar as verbas rescisórias, dinheiro este que sua procuradora fez questão de atribuir à empréstimo realizado pelo pai do sr. [REDACTED]. A Indústria Ervateira [REDACTED] não compareceu e não se fez representar.

A equipe de fiscalização, após conferir os termos de rescisão, identificou diferenças, que foram acrescidas e pagas junto com as rescisões originalmente impressas para este momento. Aceitou-se o pagamento em nome da empresa [REDACTED] apenas porque foi a única forma para que os empregados pudessem ser amparados naquele momento, mas todos os autos de infração formalizam a relação destes trabalhadores com a Indústria Ervateira [REDACTED].

Foram entregues as guias do seguro-desemprego, exceto ao sr. [REDACTED] que foi orientado pela procuradora a não assinar a mesma. As guias foram identificadas pelo empregador Indústria Ervateira [REDACTED].

Diante da constatação de que a sra. [REDACTED] não possuía CTPS foi emitida carteira para fins de recebimento do seguro-desemprego do resgate e emitido o 25º auto de infração lavrado contra a empresa.

A empresa foi notificada a comprovar o recolhimento do FGTS mensal e rescisório, e o pagamento das diferenças salariais dos meses anteriores, bem como o recolhimento do INSS. As situações do não recolhimento do FGTS e do pagamento a menor de salário foram consubstanciadas em autos de infração. A fiscalização continuará ainda para averiguação deste item e as informações finais constarão do SFIT - Sistema de Informações da Fiscalização do Trabalho.

H. DA INTERMEDIÇÃO ILEGAL DE MÃO DE OBRA

O senhor [REDACTED] não demonstrou idoneidade financeira, inclusive porque parte dos supostos bens da sua empresa sequer estão em seu nome, e o

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

caminhão do transporte inclusive está em nome da [REDACTED] também todas as notas emitidas o foram para a [REDACTED]. O sr. [REDACTED] em seu depoimento, deixa claro que a [REDACTED] estava inteirada da situação da empresa do sr. [REDACTED] e mais, exigindo melhorias, e que ela controlava a saída do dinheiro.

A constituição da relação de emprego diretamente com a Indústria Ervateira [REDACTED] está detalhadamente descrita no Auto de Infração 020723741, lavrado nesta operação.

I) DAS IRREGULARIDADES DA ÁREA TRABALHISTA

1.1. Das condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho.

O conjunto de infrações consubstanciadas em 25 autos de infração e resultado da presente ação demonstram o descumprimento das normas internacionais de proteção ao trabalho e em particular, fere frontalmente os princípios e garantias constitucionais previstos nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal pois não garantem que o trabalhador tenha respeitados os princípios de dignidade no trabalho.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Nos fundos do alojamento e ao lado de um barraco de madeira onde dormia um dos empregados, outro empregado, o sr. [REDACTED] se esquentava num fogareiro que os empregados improvisaram para se aquecer nas noites frias. Temperatura no momento da visita fiscal em torno de 5°C. Foto registrada na noite de 06 de julho de 2011.

1.2. Da falta de registro dos empregados.

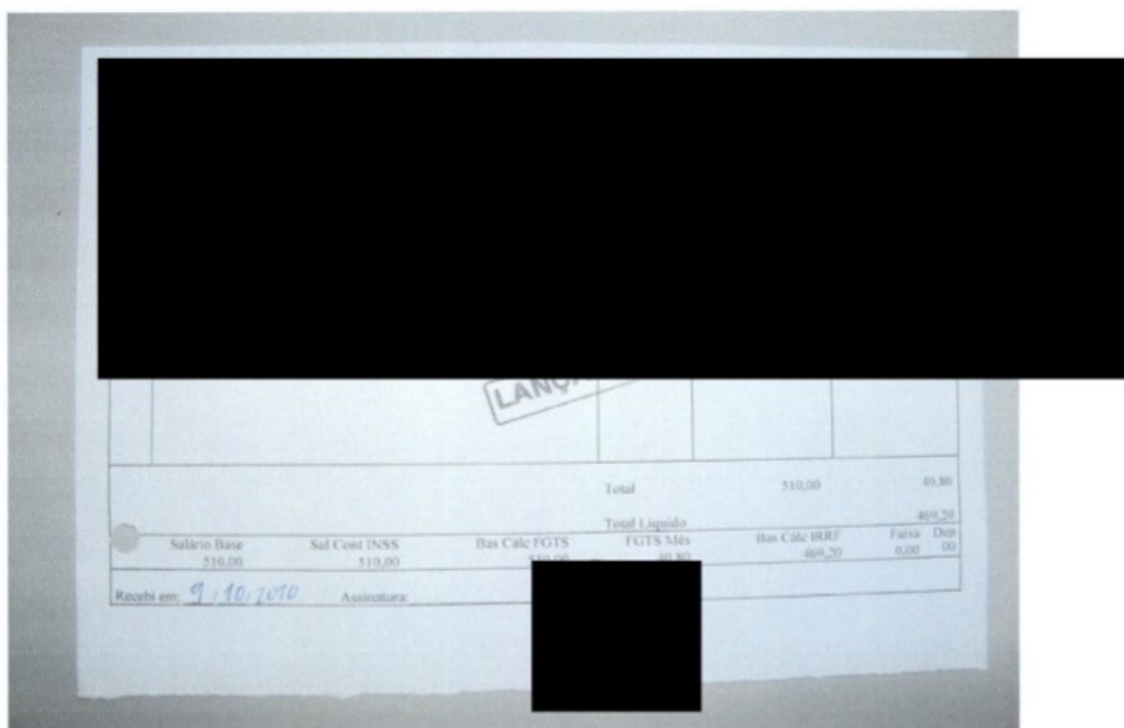
A Indústria Ervateira [REDACTED] Ltda foi autuada pela falta de registro dos 10 empregados encontrados na frente de trabalho e no alojamento (um deles já registrado na empresa intermediária), e de outros 09 empregados registrados na empresa intermediária, desconstituída conforme Auto de Infração 020723741, e do "dono" desta empresa intermediária que fazia o papel de "gerente" da indústria.



1.3. Do não pagamento dos salários até o quinto dia útil do mês subsequente.

Os empregados que estavam registrados na empresa intermediária, desconstituída conforme Auto de Infração 020723741, não recebiam seus salários no prazo legal.

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO



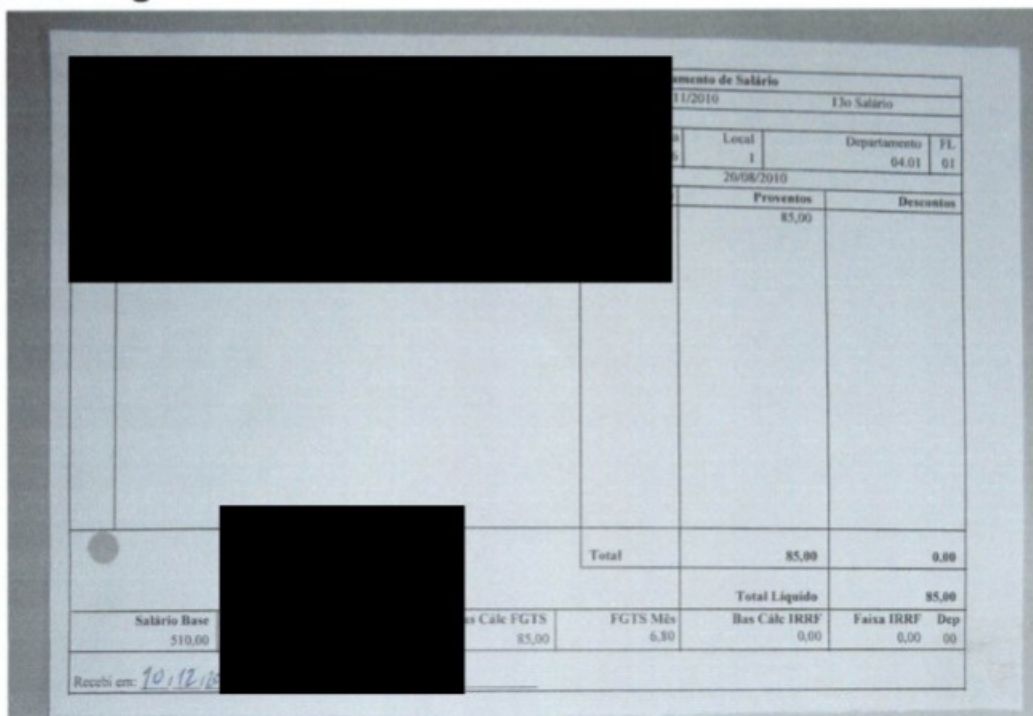
LANÇ

Total		510,00	40,80
Total Líquido		469,20	
Salário Base	Sal Cost INSS	Bas Calc FGTS	FGTS Mês
510,00	510,00	40,80	30,00
Bas Calc IRRF		Faixa	Dep
469,20		0,00	00

Recebi em: 9/10/2010 Assinatura: [Redacted]

Recibo de salário de setembro de 2010 pago em 09 de outubro de 2010.

I.4. Deixar de efetuar o pagamento do adiantamento do 13º salário no prazo legal.



Adiantamento de Salário

11/2010 13º Salário

Local	Departamento	FL
I	04.01	01
20/08/2010		
Proventos	Descontos	
85,00		
Total	85,00	0,00
Total Líquido		85,00
Salário Base	Bas Calc FGTS	FGTS Mês
510,00	85,00	6,30
Bas Calc IRRF		Faixa IRRF
0,00		0,00 00

Recebi em: 10/12/2010 Assinatura: [Redacted]

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

1.5. Do pagamento do 13º salário segunda parcela fora do prazo legal.

Pagamento de Salário	
12/2010	
13º Salário Integral	
Local	Departamento
1	04.01
FL 01	
20/08/2010	
Proventos	Descontos
226,33	113,17 18,10
Total 226,33 131,27	
Salário Base 679,00	Sal Cont INSS 226,33
Bas Cálculo FGTS 113,16	FGTS Mês 113,16
Bas Cálculo IRRF 208,23	Faixa 0,00
Dep 04	
Recebi em: 10/1/2011	
Assinatura	

1.6. Do não recolhimento da contribuição sindical dos empregados.

Não houve comprovação do recolhimento da contribuição sindical dos empregados registrados na empresa intermediária, o que enfraquece que o órgão de representação se fortalece e lute pelos direitos destes trabalhadores.

1.7. Da falta de depósitos do FGTS.

A empresa intermediária somente conseguiu recolher o FGTS até novembro de 2010, e mesmo assim, sempre em atraso.

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

1.8. Do não pagamento do piso salarial.

Total						510,00	40,80
Total Líquido						469,20	
Salário Base	Sal Cont INSS	Bas Calc FGTS	FGTS Mês	Bas Calc IRRF	Faixa	Dep	
510,00	510,00	510,00	40,80	469,20	0,00	00	

Recebi em: 10/1/2011 Assin: [Redacted]

O piso mínimo regional, em dezembro de 2010, e para a indústria, era de R\$ 587,00, e os empregados recebiam, na sua maioria, o salário de R\$ 510,00.

1.9. De admitir empregado que não possua CTPS.

A empregada [Redacted] não possuía Carteira de Trabalho.

J) DAS IRREGULARIDADES LIGADAS À SAÚDE E À SEGURANÇA DO TRABALHADOR

J.1. Da não realização de avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores ou da não adoção de medidas de prevenção e proteção, com base nos resultados das avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, ou da não garantia que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde.

Durante a inspeção na frente de trabalho, de acordo com os registros fotográficos realizados e as declarações dos trabalhadores, bem como após a análise dos documentos trabalhistas da empresa, tanto na área de legislação quanto segurança e saúde no trabalho, constatamos que o empregador deixou de realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, deixando de adotar medidas de proteção e prevenção de ocorrência ou agravamento de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, permitindo que as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos não sejam devidamente seguros em conformidade com as normas de segurança e saúde, contrariando, assim, o disposto no art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.3.3, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005. A análise e o controle dos riscos ocupacionais estão diretamente ligados às adequadas condições de trabalho higiene e conforto da atividade laborativa. Neste contexto, foram identificados, na atividade de extração da erva mate, riscos de natureza: química (contato com sumo da planta liberado no momento do corte e da confecção dos raídos), física (poeira, exposição à radiação não ionizante dos raios solares, frio, umidade e outros), biológica (ataques de animais peçonhentos, principalmente cobras, escorpiões e aranhas, muito comuns na região de mata, e doenças como a dengue), mecânica (lesões cortantes e perfuro-cortantes, tocos e refugos de madeira, depressões e saliências no terreno, fraturas e outros) e ergonômica (postura de trabalho, lesões musculoesqueléticas, levantamento e movimentação de pesos, dentre outros). Deve se ressaltar, em complemento, que a atividade de extração de erva mate envolve diversas atribuições, dentre elas o corte, carregamento e transporte da planta, que pode ser feito manualmente, com o auxílio de trator ou animais como o cavalo; a confecção de raídos, que são os fardos de erva mate, que chegam a pesar até 80 (oitenta) quilos; o carregamento destes raídos nos caminhões, para transporte até a indústria ervateira; dentre outros. Todas estas atividades expõem os trabalhadores a constantes riscos, conforme já mencionado, ensejando a necessidade de esmero na condução dos trabalhos desenvolvidos na extração da planta, de sorte a evitar acidentes, bem como aquisição ou agravamento de doenças laborais.

Neste contexto as condições degradantes de segurança e saúde dos trabalhadores, demonstradas nos demais autos de infração lavrados durante a fiscalização, tais como ausência de instalações sanitárias nas frentes de trabalho, falta de local para tomada de refeição, não fornecimento de equipamentos de proteção individual, inclusive uniforme de trabalho, eram agravadas pela situação climática existente no planalto catarinense, região onde está localizado o município de Canoinhas, cujas temperaturas no período de inverno, melhor época para a colheita da erva mate, oscilam próximas a 0°C (zero grau Celsius), inclusive com nevoeiro e formação de geada pela manhã, elevada umidade do ar, chuva e chuveiro, visibilidade reduzida e dificuldade na realização de atividades físicas, inerentes ao corte, carregamento e transporte da erva mate, em razão das

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

baixas temperaturas e demais fatores climáticos desfavoráveis. Não obstante as considerações acima, o empregador não comprovou a realização de avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, deixando de apresentar um programa de gestão destes riscos ocupacionais no trabalho rural, bem como omitiu-se na elaboração de ordens de serviço onde estariam claramente descritos todos os procedimentos de segurança e saúde para as atividades desenvolvidas, permitindo a exposição dos trabalhadores à condição degradante no exercício de seu labor.

J.2. Da não realização de exames médicos admissionais.

Os empregados sem registro na empresa intermediária não passaram por exames médicos admissionais, e mesmo daqueles 09 empregados que chegaram a ter o contrato formalizado, não havia sido realizado exame admissional para 04 destes trabalhadores.

J.3. Da falta de material de primeiros socorros.

Apesar dos graves riscos da atividade, entre os quais cito as picadas de animais peçonhentos e o corte pelo uso de facão ou foice, não havia qualquer material para o atendimento do trabalhador em situações de emergência e no local de trabalho.

J.4. Da falta banheiros nas frentes de trabalho.

Não havia banheiros na frente de trabalho, os empregados declararam que usavam o mato para suas necessidades fisiológicas. Observe-se que a casa usada como alojamento fica a cerca de 800 metros da primeira frente de trabalho, inviabilizando seu uso durante o horário de serviço.

J.5. Da não entrega gratuita de ferramentas de serviço.

Os empregados declararam as foices e facões eram dos próprios.

J.6. Do transporte coletivo em veículo não autorizado.

Os empregados eram transportados de Timbó Grande /SC, até a localidade da frente de trabalho, em Monte Castelo /SC, distantes mais de uma hora, em rodovia federal, a BR 116, e em caminhão sem autorização para o transporte coletivo de passageiros.

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO



J.7. Da falta de equipamentos de proteção individual (EPI)



Os empregados declararam que não receberam equipamentos de proteção individual, a exemplo botinas, bonés e luvas de proteção contra cortes.

"os trabalhadores da equipe não receberam equipamentos de proteção individual e que apenas o depoente recebeu uma botina"- trecho do depoimento do sr. [REDACTED]

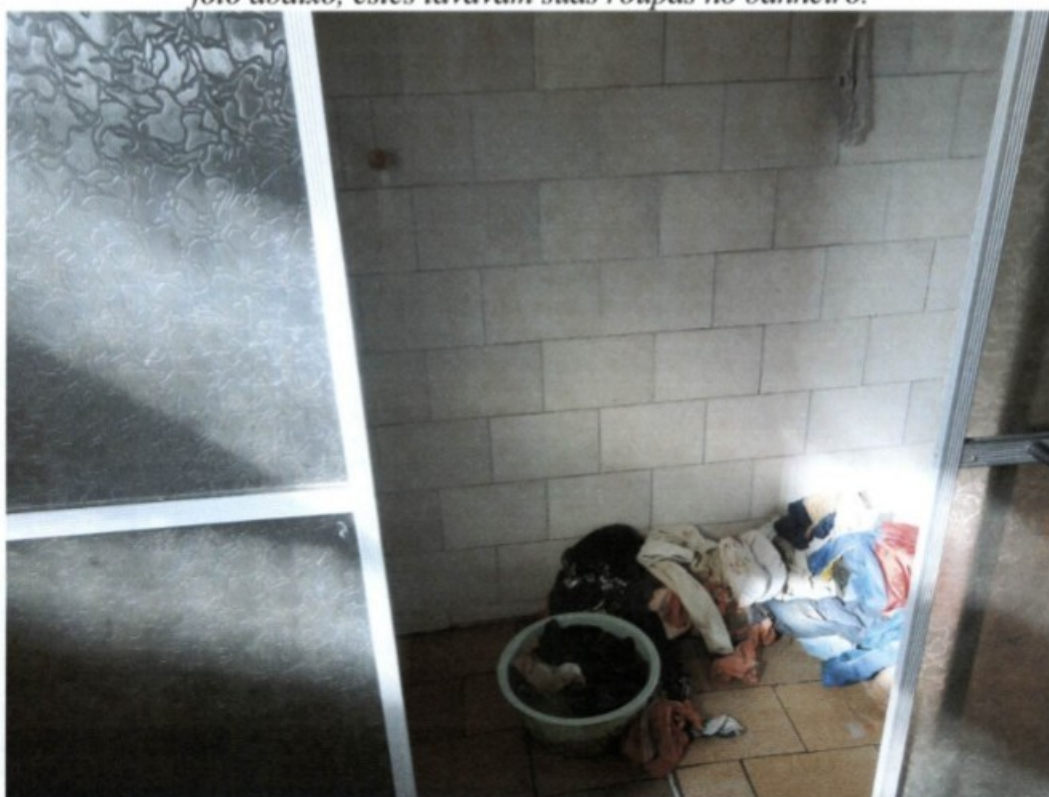
J.8. Da falta lavanderia nos alojamentos.

No alojamento não havia tanques ou varais para que o empregado pudesse higienizar suas roupas, de forma que estes passaram a usar o banheiro para tentar manter limpas as próprias roupas. Observe que a atividade de extração da erva mate causa muita sujeira nas roupas.

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO



Conforme foto acima não havia tanque na casa alugada para os trabalhadores e, conforme foto abaixo, estes lavavam suas roupas no banheiro.



J.9. Da falta de conservação, asseio e higiene nas frentes de trabalho.

No local havia bastante sujeira no chão, e também de restos de alimentos. Mas o barraco onde estava alojado o sr. [REDACTED] certamente estava em condições de extrema sujeira. No alojamento não havia uma pessoa contratada para manter o asseio e higiene no local.





J.10. Da falta de camas.

Os empregados declararam que os colchões e pedaços de espuma foram trazidos pelos próprios, e que, com o frio intenso na região, os colchões não protegiam da friagem recebida diretamente do chão.



MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

Quarto 1: Dormiam [REDACTED] O quarto colchão era colocado no espaço que aparece na foto, na hora de dormir.



Quarto 2: Dormiam [REDACTED] e sua esposa, [REDACTED].



Quarto 3: Dormiam [REDACTED] e sua esposa [REDACTED]
[REDACTED] e o filho do casal, de pouco mais de 2 anos.

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO



Na cozinha dormia o empregado [REDACTED] num colchão ao canto.



E o último empregado, sr. [REDACTED] dormia no casebre nos fundos da casa alugada.



MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

J.11. Da falta de armários.



J.12. Do falta de separação por sexo nos alojamentos.

No local havia 2 casais, com crianças, e outros homens, todos habitando coletivamente.

J.13. Da utilização de fogões no interior dos alojamentos.

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO



Foto acima: possível visualizar que os quartos são ligados na sala que é ligada na cozinha, e portanto no mesmo ambiente do fogão. O empregado [REDACTED] inclusive dormia na cozinha.

Foto abaixo quarto 1, sem portas.



J.14. Da não fornecimento de roupas de cama adequadas às condições climáticas locais.

Os empregados declararam que as roupas de cama eram dos próprios empregados.

J.15. Da ligação direta do local de preparo de alimentos com os alojamentos.

Conforme foto no item 13, a cozinha, onde eram preparadas as refeições, tinha ligação direta com os quartos.

J.16. Do não fornecimento de água em condições higiênicas e de copos individuais.

Os empregados declararam que pegavam água da sanga usada pelo gado, e acondicionavam em garrafas "pet" ou similares. Apenas o empregado [REDACTED] tinha uma garrafa térmica, e, segundo o mesmo, era do próprio empregado.

"QUE na frente de serviço existe apenas uma garrafa térmica que é do empregado [REDACTED] que os demais trabalhadores utilizam garrafas PET para armazenar a água que bebem durante o expediente de trabalho, e que esta água é retirada de um riacho; QUE no local da extração da erva-mate há cerca 30 cabeças de gado, de propriedade do dono da terra, e que as res se utilizam também deste riacho para beber água "- trecho do depoimento do sr. [REDACTED]



Para beber água, durante o serviço e na frente de trabalho, os empregados pegavam água de uma sanga que também era usada pelos animais, como demonstra as fezes de gado ao lado da sanga.

K) DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA EQUIPE FISCAL

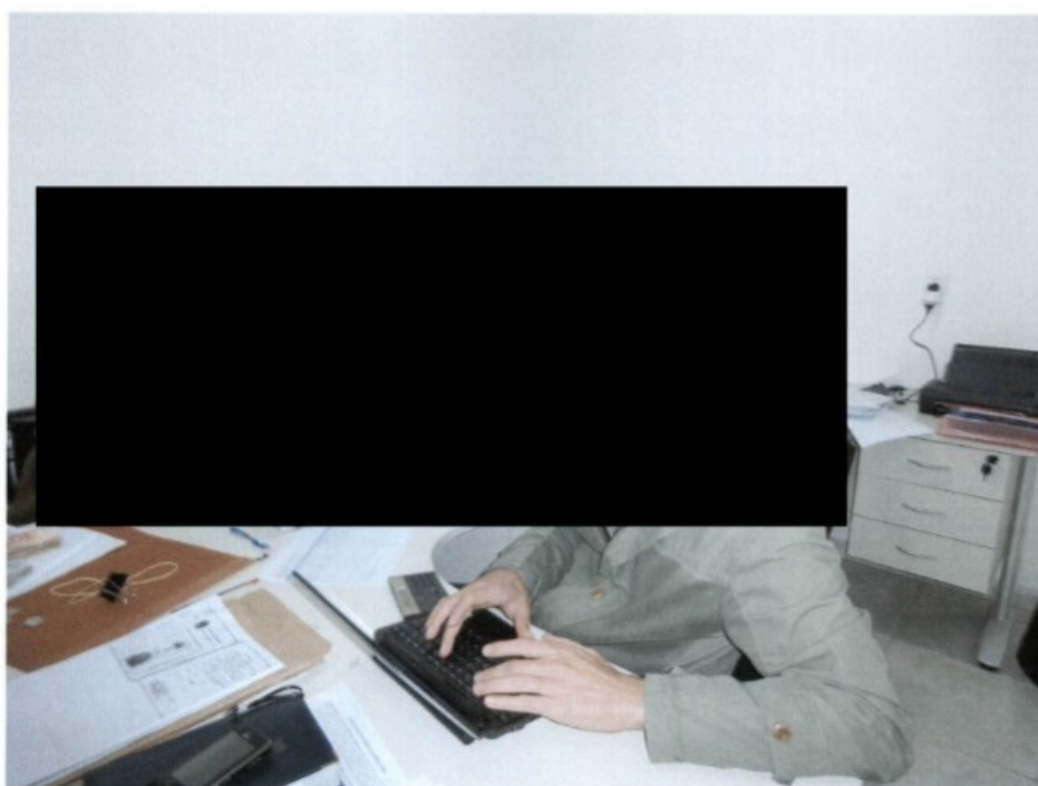
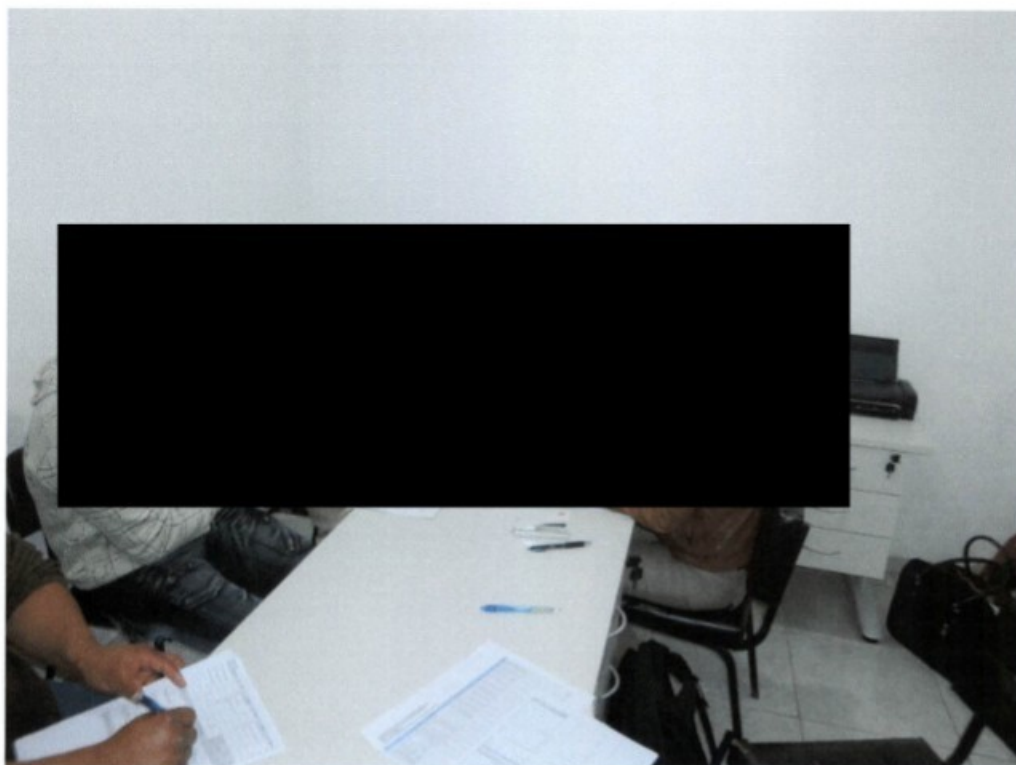
Explicação aos empregados dos procedimentos da ação de fiscalização e de resgate:



Conferência das rescisões e do pagamento e entrega das guias do seguro-desemprego:



MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

L) CONCLUSÃO

A Indústria Ervateira [REDACTED] Ltda não aceitou assumir sua responsabilidade como empregadora. Apesar de descumprir flagrantemente o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, assinado em 2007 com o Ministério Público do Trabalho, em ação de resgate, e onde se comprometia a contratar diretamente os empregados da extração.

No momento da ação, a Procuradora do Ministério do Trabalho em Joaçaba não pode acompanhar o desenrolar da ação, por questões de saúde, e o presente relatório será enviado para conhecimento.

Os autos de infração acima relacionados materializam a manutenção de trabalhador em condições degradantes, aquelas que afastam o trabalhador de um patamar mínimo civilizatório, colocando-o na condição de simples objeto para perseguição de lucro pela empresa, num processo de "coisificação" da pessoa humana do trabalhador.

O quadro acima demonstra claramente a submissão do trabalhador a condições degradantes de trabalho e alojamento, e mais, fere diretamente a dignidade da pessoa humana e a condição do trabalhador como cidadão de direitos. Nossos olhos, por vezes acostumados a estas tristes realidades, podem deixar de tocar nossos corações na medida da intenção deste mal causado, mas, uso as palavras do nobre colega [REDACTED] (in <http://www.sinpait.com.br/site/internas.asp?area=9915&id=532>), e enquanto coordenador de um dos grupos de fiscalização móveis do Ministério do Trabalho e Emprego, para lembrar o compromisso de cada cidadão em se indignar e apresentar repúdio perante situações como estas, e jamais permitir que elas façam parte da normalidade de nossas vidas :

Para compreender o fenômeno anti-social, anti-humano e antijurídico conhecido como trabalho análogo à escravidão é necessário despir-se da ideologia escravocrata dominante que se esconde nos recônditos da alma de interesses mesquinhos que dominam a humanidade desde as sociedades tribais e que na antigüidade empurravam o trabalho para os escravos, a fim de que os cidadãos pudessem ter uma mente sã num corpo são, e que hoje se manifesta na aceitação tácita que a sociedade outorga a esta abominável prática. Tal aceitação se configura no silêncio das pessoas de bem ante os porões e senzalas que são mantidos a céu aberto nos dias atuais em todas as regiões do Brasil, atingindo todos os quadrantes do nosso País. Pouquíssimas pessoas de bem ficam indignadas com a neo-escravidão e não tomam eficazmente nenhuma medida política, jurídica, econômica ou moral contra ela. Tal inércia equivale a aceitar a escravidão.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Para entender o conceito de trabalho escravo é também necessário compreender que o modo escravo de produção jamais deixou o nosso País, pois os escravos negros, com a chamada Lei “Áurea”, não foram promovidos a cidadãos; somente os seus corpos deixaram de pertencer fisicamente aos escravocratas, mas sua mão-de-obra continuou a servir os antigos senhores tal como sempre servira, e ainda de forma mais vantajosa, uma vez que os antigos senhores podiam pagar – como inda pagam – míseros salários, sem ter nenhuma outra obrigação com o neo-escravo ou com sua família.

Diante do exposto, verificou-se que os trabalhadores estavam alijados das condições mínimas de cidadania vedando qualquer possibilidade de efetivação do conteúdo do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, positivado no item III do Art. 1º da Constituição Federal. As condições de trabalho constatadas acima descritas demonstraram que esses trabalhadores foram degradados, despromovidos, privados de dignidade. O empregador, mais do que somente afrontar itens das normas trabalhistas, acabou por inviabilizar a efetivação dos direitos fundamentais desses obreiros, como o direito à saúde, a privacidade, à dignidade, ao pleno emprego, à igualdade e à liberdade.

Portanto, trabalho degradante é aquele cuja relação jurídica não garante ao trabalhador os direitos fundamentais da pessoa humana relacionados à prestação laboral.

Pelo exposto concluímos que os trabalhadores estavam submetidos a condições de trabalho e de vida em flagrante desacordo com os princípios constitucionais de proteção à pessoa humana e particularmente ao trabalhador, aos tratados e convenções internacionais concernentes aos direitos humanos, ratificados pelo Brasil, a saber: as Convenções da OIT n.º 29 (Decreto n.º 41.721/1957) e 105 (Decreto n.º 58.822/1966), a Convenção sobre Escravatura de 1926 (Decreto n.º 58.563/1966) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica - Decreto n.º 678/1992), os quais têm força cogente própria de leis ordinárias, não sendo possível afastar seu cumprimento na seara administrativa. A referida prática ilícita é fortemente caracterizada pelas inúmeras infrações trabalhistas descritas em relatório anexo que integra este auto, caracterizando a condição análoga de escravo, nos termos do artigo 149 do Código Penal. Foi constatado que o empregador não implementou ações de segurança e saúde, visando prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, conforme estipulado em norma, apesar de os trabalhadores estarem expostos a riscos diversos e, portanto, a diferentes agravos à saúde decorrentes do trabalho, dentre os riscos citamos a de acidentes com animais, animais peçonhentos, intempéries e riscos ergonômicos, tudo em descumprimento do artigo 13 da Lei 5889/73 c/c item 31.5.1 da NR 31 da Portaria 86/2005.

O empregador, mais do que somente afrontar itens das normas trabalhistas, acabou por inviabilizar a efetivação dos direitos fundamentais desses obreiros,

**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**

como o direito à saúde, a privacidade, à dignidade, ao pleno emprego, à igualdade e à liberdade.

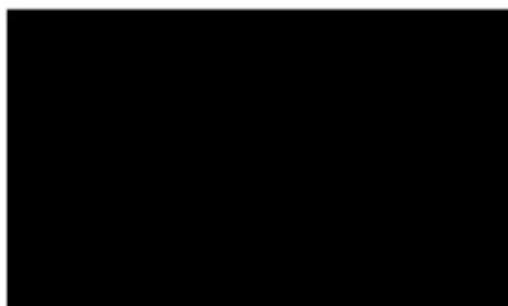
Portanto, trabalho degradante é aquele cuja relação jurídica não garante ao trabalhador os direitos fundamentais da pessoa humana relacionados à prestação laboral.

Por fim, cumpre informar que esta ação tratou da configuração do trabalho degradante e da relação direta deste trabalho com o empregador Indústria Ervateira [REDACTED] Ltda, CNPJ 78.213.402/0001-61.

As cominações penais e cíveis serão de objeto de ações específicas do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal, instituições que receberão o presente relatório que será encaminhado pelo Departamento do Trabalho Escravo, e onde fica claramente demonstrado que, não somente a autuada manteve os trabalhadores em condições degradantes, mas também os proprietários da terra onde a erva era retirada, srs. [REDACTED] CPF [REDACTED] e [REDACTED]

[REDACTED] CPF [REDACTED]

Brasília, 23 de julho de 2011.



M) DVD COM FILMAGENS E FOTOGRAFIAS.

FIM